



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 023/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00007 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso aos documentos que autorizaram as transferências dos ASPs, desde 12/03/2015 até a presente data, das unidades que especifica. Razão para a recusa do acesso pretendido indicada. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 023/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou que não tem condições de atender ao solicitado, tendo em vista o grande volume de trabalho e o período de afastamento/férias de muitos servidores. Em recurso, informou para o requerente acerca "*...da impossibilidade de atendimento ao solicitado, vez que, os documentos a que se refere, contém, além dos nomes dos servidores, outros dados também considerados pessoais*". Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público, da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o órgão enviou o TCI (Termo de Classificação da Informação) que restringe acesso total ao documento solicitado, que foi encaminhado para conhecimento do interessado.
4. Considerando que o ente justificou a impossibilidade de disponibilizar o documento requerido, com fundamento no artigo 27, I, e artigo 30, VII, ambos do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012 e no Decreto nº 61.836, de 18 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a classificação de documento, dado ou informação sigilosa e pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, para fins de que trata a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II, da referida Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto nº 66.850/22.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 10/01/2023 às 19:26:03.

CGEDES202300237A

SIGA

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 10 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202300237A